



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A Extensão Universitária e a luta pela manutenção da memória tradicional: um relato de experiência na Prainha e Fibra

Eric de Sousa Estevão¹

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes - UNIT.

Lizandra Messias Da Silva²

Estudante do 6º período de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Sergipe - UFS.

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. O presente relato de experiência apresenta uma vivência ocorrida durante uma tarde de visita técnica a duas comunidades tradicionais pesqueiras que estão localizadas à margem do Rio Sergipe, na cidade de Aracaju/SE. Para além estarem à margem desse grande rio, já bem próximo a sua foz, essas duas comunidades também se encontram à beira do colapso e do desaparecimento, devido às políticas urbanas da capital sergipana que, assim como em outros grandes centros urbanos, prioriza a especulação imobiliária e renega as tradições. Serão apresentadas histórias de existência, de luta e persistência para assegurar o direito ao território e também de resistência, recolhidas em diálogos para a compreensão do território e organização do GT Fibra pelo Trapiche - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe.

Palavras-chave. Comunidade Tradicional; Direito ao Território; Aracaju; Escritório Modelo.

Tradução do título em inglês

Abstract. This experience report presents an experience during an afternoon technical visit to two traditional fishing communities that are located on the banks of the Sergipe River, in the city of Aracaju/ SE. In addition to being on the banks of this great river, already very close to its mouth, these two communities are also on the verge of collapse and disappearance, due to the urban policies of the Sergipe capital, which, as in other large urban centers, prioritizes real estate speculation and reneges on traditions. Stories of existence, struggle and persistence will be presented to ensure the right to the territory and also of resistance, collected in dialogues for the understanding of the territory and organization of the GT Fibra by Trapiche - Architecture and Urbanism Model Office of the Federal University of Sergipe.

Keywords: Traditional Community; Right to Territory; Aracaju; Model Office.

Tradução do título em espanhol

Resumen. El presente relato de experiencia presenta una vivencia ocurrida durante una tarde de visita técnica a dos comunidades tradicionales pesqueras que están localizadas a la orilla del Río Sergipe, en la ciudad de Aracaju/SE. Además de estar al margen de ese gran río, ya muy próximo a su desembocadura, estas dos comunidades también se encuentran al borde del colapso y de la desaparición, debido a las políticas urbanas de la capital sergipana que, así como en otros grandes centros urbanos, prioriza la especulación inmobiliaria y reniega de las tradiciones. Serán presentadas historias de existencia, de lucha y persistencia para asegurar el derecho al territorio y también de resistencia, recogidas en diálogos para la comprensión del

¹ Colaborador externo do Trapiche - EMAU.

² Membro interno do Trapiche - EMAU.

territorio y organización del GT Fibra por el Trapiche - Oficina Modelo de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Sergipe.

Palabras clave: Comunidad Tradicional; Derecho al Territorio; Aracaju; Oficina Modelo.

1. Relato de experiência

Toda visita técnica realizada pelo Trapiche - EMAU/UFS (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe) inicia com um grande deslocamento pela cidade. Cada assessor técnico utiliza um meio de transporte diferente para se deslocar de suas moradias até o local onde será realizada a próxima tarefa ou o desenvolvimento de alguma atividade dos vários grupos de trabalho que estão sendo tocados atualmente, sendo sua maioria trabalhos desenvolvidos juntamente com movimentos sociais. Na quinta-feira, oito de setembro de 2022, dia levemente fechado e com previsão de chuva leve, foi marcada a visita para ter um diálogo com as lideranças de duas comunidades tradicionais pesqueiras: Prainha e Fibra.

As duas comunidades estão localizadas no Bairro Industrial, inserido na Zona Norte da capital sergipana, sendo anteriormente o maior polo industrial da cidade de Aracaju, entretanto com a criação do Distrito Industrial de Aracaju - D.I.A, o bairro passa por uma grande situação de abandono e precarização. Essas duas ocupações vivem diretamente da pesca artesanal, coleta de mariscos e com atividades relacionadas, como o tratamento e a comercialização dos pescados; além de também ter a presença de mestres barqueiros que produzem embarcações como canoas, tototós (figura 1) para além do município de Aracaju, e que possuem uma relevância tradicional para a localidade.



Figura 1. Imagem das embarcações (fonte: Eric Estevão)

O encontro para a realização da atividade foi no bar de um desses mestres barqueiros, que também é uma das lideranças da Comunidade da Prainha, sendo ele um dos primeiros a ocupar essa região e desde então também foi um dos responsáveis pela produção espacial da comunidade e de muitas embarcações que circulam pelo rio que margeia a comunidade e de

também de outros rios e afluentes por todo estado de Sergipe e também no estado de Alagoas e na Bahia.

A denúncia apontada pelas lideranças presentes na conversa que iria ocasionar a fundação do GT Fibra se dá devido aos planos que a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) apresenta para aquele território. Em junho de 2021, no meio da pandemia da COVID-19, foram expedidos pela PMA ordens de despejo para os moradores e contou com um agravante por parte da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) que emitiu multas que vão de R\$6.000 até R\$30.000 mensais, alegando que as comunidades foram construídas ilegalmente e ocasionam degradação ambiental.

Atualmente, a capital sergipana está passando por um processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, sendo o plano vigente a Lei Complementar N°42 de 04 de Outubro de 2000. Dentro dos diagnósticos que foram desenvolvidos as duas comunidades não estão inseridas, sendo assim uma perpetuação do processo de exclusão que já vem sendo aplicada pela PMA dentro dessas localidades; além disso, a Prefeitura Municipal de Aracaju apresenta uma proposta de urbanização para essa região, desconsiderando as comunidades tradicionais precarizadas, podendo essa localidade se enquadrar enquanto Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); que a região se enquadra também enquanto Área de Proteção Ambiental (APA); mas escolhe caracterizar como uma Área de Interesse Urbanístico (AIU) para que assim possa realizar um grande empreendimento que visa somente gerar mais lucros para as grandes construtoras que monopolizam a capital sergipana com o aval do prefeito.

A partir de todos esses embates foi formada uma comissão transdisciplinar sendo composta pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (FEDPCB) / Núcleo Sergipe, Fundação Dom José Brandão de Castro (FDJBC), Liga Acadêmica de Saneamento e Cidades de Sergipe (SANEAR), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Filosofia e Educação (N.E.P.G.F.E), Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Aracaju, Universidade Federal de Sergipe – UFS e o Trapiche - EMAU, tendo sido formada com o objetivo de formular um parecer técnico que defendesse a permanência dos moradores da Prainha naquela localidade. A união de forças dessas instituições resultou na peça técnica “Parecer Técnico: Estudo de viabilidade e permanência dos pescadores/ribeirinhos e mestres barqueiros artesanais da Prainha do bairro Industrial”, e o saldo dessa ação auxiliou impedir o avanço do processo de despejo dos moradores naquele momento, além de colaborar no fortalecimento na luta para a permanência da comunidade na localidade (figura 2).



Figura 2. Ação de levantamento cadastral das residências para o parecer técnico (fonte: elaborada pelos autores)

A ação realizada na Prainha possibilitou um momento de respiro fundamental para reorganização das demandas e planejamento da continuidade das atividades. Contudo, com a surgimento de novas problemáticas, as duas comunidades voltam a buscar o escritório modelo com o objetivo de que fossem organizados diagnósticos para serem apresentados a PMA como forma de defender sua permanência e comprovar a sua existência, que mesmo sendo de ciência de todos esses territórios ainda são mantidos as margens e apagados dos mapas e diagnósticos formulados para a atual revisão do PDDU, como citado anteriormente.

Relatos de pescadores que haviam sido realocados pela prefeitura de Aracaju anteriormente, sendo mandados para o bairro Dezesete de Março, região da capital que o prefeito Edvaldo Nogueira e seus parceiros financeiros, como donos de construtoras, esboçam grande interesse econômico, foram alguns dos pontos principais das falas naquela quinta-feira, 08 de setembro de 2022. Um dos relatos que mais marcaram a mente de todos os assessores técnicos de caráter popular que estavam ali presentes foi o de um pescador que havia aceitado receber uma moradia no bairro Dezesete de Março, entretanto ao perder a ligação com o Rio Sergipe acabou entrando em uma depressão profunda, pois além de ser o principal meio de subsistência o rio também nutre a vida de cada um que vivem nesses territórios.

Ao fechar os olhos para os anseios dos moradores da Prainha e da Fibra, sua tradicionalidade e seus saberes; e usando isso como fator para não formular políticas públicas que priorizem a permanência desses pescadores e marisqueiras e também o seu direito a uma moradia digna, a PMA mantém seu plano de exclusão e negação do direito à cidade, somente retirando pessoas de uma zona precarizada e realocando-as para uma "área em desenvolvimento", mas que não passa de ser somente um "depósito de pobres", estando totalmente afastado da área central da capital sergipana, sendo em média uma distância de 17 km.

Após esse primeiro contato da nova equipe que está compondo o GT, foi feito uma leve caminhada saindo da região da Prainha, que atualmente está bastante consolidada, sendo todas as suas habitações construídas em alvenaria; passando pela Comunidade Brisa Mar, outra região também consolidada entretanto com um histórico de ocupação mais recente do que o da ocupação anterior; para enfim chegar a região da Fibra, atualmente contando com 12 palafitas e ficando atrás da Comunidade Brisa Mar. Foram apresentadas diversas problemáticas, tanto nas moradias quanto na infraestrutura dessa região do Bairro Industrial, onde até os dias atuais não tem rede de esgoto e somente a menos de 2 anos foi que esses moradores tiveram acesso a coleta de lixo.

Após uma breve caminhada sob uma estrada de terra e tentando não esbarrar nas poças de chuva que ainda estavam acumuladas do início do dia, chegamos finalmente à comunidade da Fibra, e a falta de calçamento é apenas uma das problemáticas presentes na região (figura 3). A equipe do Trapiche foi acompanhada por um dos líderes do movimento social, o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que está iniciando o acompanhamento também da comunidade da Fibra. Durante o caminho ele vai contando como se deu os primeiros contatos com a comunidade e sobre os processos que ela está passando, diferentemente da Prainha, a Fibra não recebe as multas, contudo o despejo dos moradores dessa localidade é um risco eminente.



Figura 3. Visita a comunidade da Fibra (fonte: elaborada pelos autores)

Sob as forças de resistência à comunidade da Fibra contornam as adversidades do mercado imobiliário formal que desconsidera a presença de povos tradicionais do município de Aracaju. A primeira vista que temos da comunidade é uma localidade visivelmente em vulnerabilidade social, econômica e ambiental, com a presença mescla de materiais para construção das moradias, como madeira e garrafas pets (figuras 4 e 5). As palafitas, apesar de precisarem de uma melhor adequação, elas exemplificam a necessidade do contato próximo ao Rio que a comunidade necessita como forma de manutenção de um estilo de vida tradicional.



Figura 4. Vista das casas em palafitas (fonte: Eric Estevão)

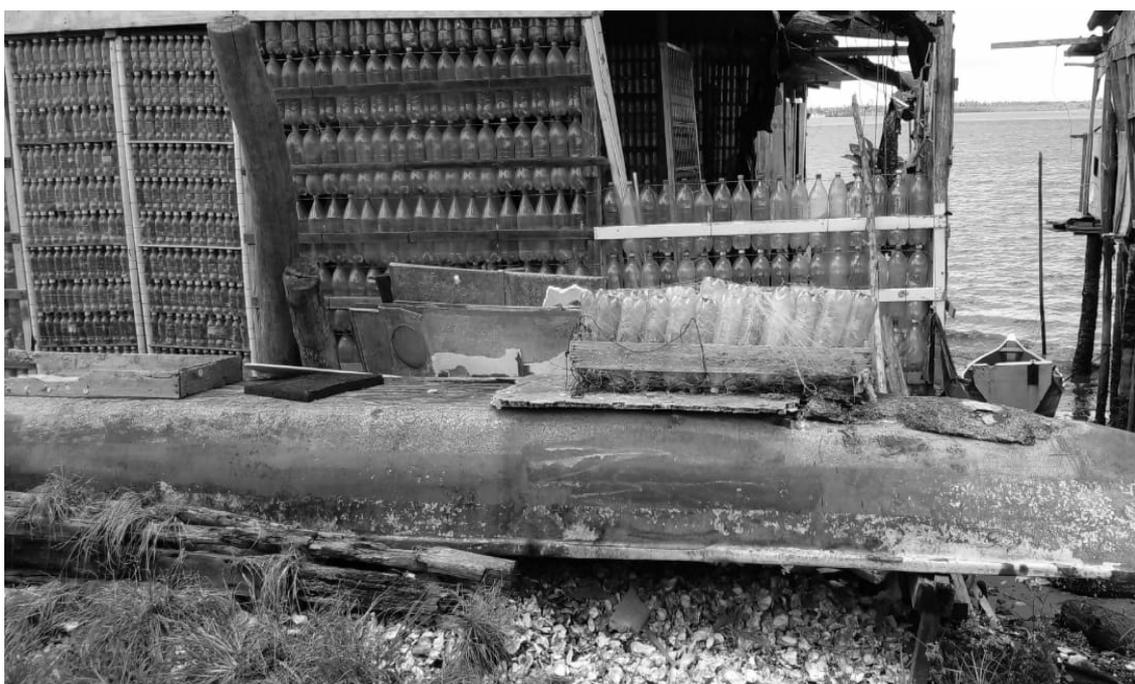


Figura 5. Extensão da moradia feita com material reciclável de garrafa pet (fonte: elaborada pelos autores)

A formação da comunidade se dá através de um processo de exclusão social, quando os trechos à beira do Rio Sergipe passaram a ser alvos de interesse econômico e de turismo, as obras de construção da Orlinha do Bairro Industrial foram avançando gerando a expulsão desses moradores para a extremidade norte da cidade. Em conversas com alguns moradores, foi possível ter relatos de que os primeiros moradores chegaram na região em torno de trinta

anos, e que após a construção da ponte Aracaju-Barra a população que não foi contemplada com auxílio da prefeitura, constituíram a Fibra (figura 5).



Figura 5. Vista das casas em palafitas (fonte: Eric Estevão)

A principal acusação que está sendo posta para a comunidade é utilizada para respaldar a ordem de realocação e despejo, é a denúncia de crime ambiental. Entretanto, não é novidade que as margens do Rio Sergipe estão sob a posse dos grandes empreendimentos, e com o descuido da PMA sobre as questões de preservação das margens litorâneas de Aracaju, a destruição da cobertura vegetal e redução quantitativa da área de pesca já é uma realidade, os moradores relatam ter que ir para locais mais distantes da comunidade para conseguir realizar a prática da pesca. Na caminhada para a comunidade, por exemplo, encontramos uma estação de tratamento de esgoto que se encontra abandonada, e assim todos os dejetos do bairro industrial vão para o rio sem passar por um tratamento. Logo, a falta de educação socioambiental por parte dos gestores do município, assim como, ações de preservação da região, faz com que a narrativa de que os moradores das palafitas sejam os únicos responsáveis pela degradação ambiental possa ser desconsiderada.

Partindo da necessidade de elaborar novas estratégias que auxiliem no processo de defesa da permanência desses pescadores perto do rio, o trabalho do Trapiche junto a comunidade e ao MOTU surge como ampliação do trabalho da assessoria técnica, que além de fornecer o suporte de conhecimento técnico, torna-se um instrumento social de fortalecimento da luta pelo direito à cidade numa perspectiva dos povos tradicionais.

Encerramos a visita de volta ao bar do mestre Humberto para realizar o balanço do que foi visto e poder traçar os esboços dos próximos passos, tendo como proposta central de atuação do escritório modelo defender a possibilidade de vida sustentável naquela região. Portanto, devido à tradição cultural e econômica, a vivência que essas comunidades têm com o rio, relação que se têm com o local seria no sentido de preservação, eles estariam protegendo a si próprio e sua forma de vida.

A extensão universitária tem o compromisso em colaborar para a construção de uma sociedade mais justa. Dessa forma, a articulação do Trapiche com o movimento social e o contato com a comunidade surge no sentido de democratizar o acesso à assessoria técnica realizando o acompanhamento de uma equipe técnica com os conhecimentos preexistentes na comunidade, pontuando a possibilidade de se construir moradias saudáveis em palafitas. Além de, assumir o papel político da arquitetura em participar da reivindicação dos direitos do povo, e participar das ações pela manutenção da memória cultural da cidade de Aracaju.

O sol já começava a se pôr na vista privilegiada à beira mar do bar quando estávamos nos preparando para seguir cada um seguir seu caminho de casa. Mesmo diante da falta de sensibilidade do mercado empresarial, existem indivíduos com perseverança para resguardar seu direito à moradia. Para aqueles que possuem um longa história de luta contra um sistema opressor, e aqueles que reconhecem a necessidade da retomada do poder popular, e com ousadia geram uma coalizão de forças, a Prainha e a Fibra vivem e resistem (figura 6).



Figura 6. Equipe Trapiche do GT Fibra (fonte: elaborada pelos autores)